

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação no Brasil [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas 1 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação no Brasil. Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-664-5 DOI 10.22533/at.ed.645192709 1. Educação – Brasil – Pesquisa. 2. Prática de ensino. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação no Brasil: Experiências, desafios e perspectivas” reúne 79 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro é o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, das práticas educativas e da formação de continuada de professores.

A obra contém um conjunto de resultados de pesquisas e debates teórico-práticas que propõe contribuir com a educação em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade, matemática, arte, gênero, formação continuada e prática escolar.

Os 79 artigos que compõem esta obra foram agrupados em 3 Volumes distintos. Neste 1º Volume, são 14 artigos em torno da temática Gênero e Educação e 15 artigos sobre Interdisciplinaridade. No 2º Volume, são 25 artigos que debatem sobre a prática escolar em diversos níveis e espaços do processo educacional. Por fim, no 3º e último Volume, são 20 artigos que debatem a Formação Continuada de Professores, fechando com 6 artigos em torno da temática Educação e Arte.

A obra é um convite a leitura e entregamos ao leitor, em primeira mão, este conjunto de conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - GÊNERO E EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 1	1
A DANÇA NA ESCOLA BILÍNGUE: INCLUSÃO DE SURDOS SOB O OLHAR DOCENTE NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY	
Sandra Maria da Silva Oliveira Suelene Regina Dônola Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.6451927091	
CAPÍTULO 2	12
A DEFICIÊNCIA E HUMANIDADE: BREVE HISTÓRICO	
Anna Paola Xavier Chiaradia Lurdes Caron	
DOI 10.22533/at.ed.6451927092	
CAPÍTULO 3	22
AFETIVIDADE, INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Elson Klusvick da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6451927093	
CAPÍTULO 4	34
BRECHÓ CASA DO ESTUDANTE: EU FAÇO PARTE DESSE PROJETO!	
Gabriel Macedo de Oliveira Janine Coelho Ouriques Catia Puppe Camila Flores da Rosa Hiassanna Hoppe Buske Larissa Buligon Brondani Lúcia Cherobini Prevedello Patrícia Petterini Robert Hugo Schoeffel Tatiana Alves Vaz Valeska Madruga Cera Vanessa Miolo	
DOI 10.22533/at.ed.6451927094	
CAPÍTULO 5	40
BRINCADEIRA DE MENINA, BRINCADEIRA DE MENINO: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA INFÂNCIA	
Mateus Leonardo Cassimiro Vasconcelos	
DOI 10.22533/at.ed.6451927095	
CAPÍTULO 6	48
DESAFIOS DO EDUCADOR DIANTE DA VIOLÊNCIA PERPETRADA NA ESCOLA POR MEIO DOS CANAIS VIRTUAIS	
Isaura Maria dos Santos Mario Augusto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6451927096	

CAPÍTULO 7	57
EDUCAÇÃO E EXTRATIVISMO VEGETAL COM A ETNIA CHIQUITANA, FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	
Denildo da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6451927097	
CAPÍTULO 8	67
EDUCAÇÃO POPULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E O EMPODERAMENTO FEMININO	
Elisângela de Oliveira Fontoura	
Geraldo Augusto Locks	
João Eduardo Branco de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.6451927098	
CAPÍTULO 9	78
GÊNERO E EDUCAÇÃO: ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS	
Luan Felipe Alves Couto	
Mareli Eliane Graupe	
DOI 10.22533/at.ed.6451927099	
CAPÍTULO 10	85
GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS A PARTIR DA ANÁLISE DO RELATÓRIO “JOGO ABERTO” EMITIDO EM 2017 PELA UNESCO	
Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz	
Francisco Eduardo Araújo de Castro da Paz	
Madison Rocha Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.64519270910	
CAPÍTULO 11	96
INVESTIGAÇÃO SOBRE A PRÁTICA DO <i>BULLYING</i> NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
José Cleferson Alves Ferreira da Silva	
João Paulo de Oliveira Nunes	
Marianny de Souza	
Ana Paula Batista de Almeida	
Mônica Fagundes dos Santos	
João Paulo Alves de Albuquerque	
Cícera Lopes dos Santos	
Maria Lusia de Moraes Belo Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.64519270911	
CAPÍTULO 12	106
O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
Tânia Mara dos Santos Bassi	
Vilma Miranda de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.64519270912	
CAPÍTULO 13	117
PRÁTICAS MUSICAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Andréia Miranda de Moraes Nascimento	
Luana Paula Carvalho Silva	
Gabriela Regina Miguel Reis	
DOI 10.22533/at.ed.64519270913	

CAPÍTULO 14 125

PROMOÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA PARQUE DE SALVADOR

[Andrea Oliveira D'Almeida](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270914

PARTE 2 - INTERDISCIPLINARIDADE

CAPÍTULO 15 136

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O QUE MERECEM SEUS SUJEITOS

[Claudenir Bunilha Caetano](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270915

CAPÍTULO 16 153

“ESCOLA SEM PARTIDO”: CRISE NA EDUCAÇÃO?

[Franciane Sousa Ladeira Aires](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270916

CAPÍTULO 17 165

HUMANISMOS FILOSÓFICOS EM INTERFACE COM O HUMANISMO CRISTÃO NUMA PROPOSTA EDUCACIONAL

[Francisco de Assis Carvalho](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270917

CAPÍTULO 18 177

JOVENS E FORMAÇÃO INTERNACIONAL: SEMANA ACADÊMICA DO BACHARELADO EM ONTOPSICOLOGIA DA FACULDADE ANTONIO MENEGHETTI NA ITÁLIA

[Patrícia Wazlawick](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270918

CAPÍTULO 19 196

MEDIANDO SIGNIFICAÇÕES E CONFIGURAÇÕES DE SENTIDOS

[Poliana Fernandes dos Santos](#)

[Bárbara Garcia Ferri](#)

[Claudia Gomes](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270919

CAPÍTULO 20 208

O APRENDIZADO NO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESIGN DE INTERIORES COMO TEMA DE PESQUISA

[Joseane Aparecida Ipolito](#)

[Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de Mattos](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270920

CAPÍTULO 21 216

O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA FRENTE AOS NOVOS DESAFIOS DO CENÁRIO RURAL CONTEMPORÂNEO

[Ivone Barbosa Targa](#)

[Roberto Kanaane](#)

DOI 10.22533/at.ed.64519270921

CAPÍTULO 22	227
O ENSINO NO BRASIL E A FORMAÇÃO DA DISCIPLINA GEOGRAFIA	
Jone Clay Custodio Borges	
Marcelo Rodrigues Mendonca	
DOI 10.22533/at.ed.64519270922	
CAPÍTULO 23	237
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NO CONTEXTO SOCIAL E ESCOLAR	
Thiago Ferreira de Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.64519270923	
CAPÍTULO 24	247
O JOVEM E A SUA SEGUNDA VIDA BASEADA EM ESTEREÓTIPOS E O DIFERENCIAL DA PEDAGOGIA ONTOPSICOLÓGICA	
Ana Carolina Marzzari	
Eloisa Vieira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.64519270924	
CAPÍTULO 25	256
O PENSAMENTO ESPACIAL QUE ATRAVESSA A MATEMÁTICA E A CARTOGRAFIA: FAZER-SE PROFESSOR(A) ENTENDENDO O PENSAMENTO DAS CRIANÇAS	
Denise Wildner Theves	
Lenir dos Santos Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.64519270925	
CAPÍTULO 26	269
PLANTANDO DÁ, EM BUSCA DE UMA VIDA SAUDÁVEL	
Sandra Berro Maia	
Andréa Magale Berro Vernier	
Luciana Pinheiro Silveira Alfaro	
Alan Pedroso Leite	
Bárbara Gehrke Bairros	
DOI 10.22533/at.ed.64519270926	
CAPÍTULO 27	279
PRODUZINDO AVALIAÇÕES DE QUALIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	
Talita Emídio Andrade Soares	
Denilson Junio Marques Soares	
DOI 10.22533/at.ed.64519270927	
CAPÍTULO 28	285
REFLETINDO A EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI	
Iracema Cristina Fernandes da Silva	
Terezinha Fernandes Martins de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.64519270928	
SOBRE O ORGANIZADOR	295
ÍNDICE REMISSIVO	296

A DEFICIÊNCIA E HUMANIDADE: BREVE HISTÓRICO

Anna Paola Xavier Chiaradia

Universidade do Planalto Catarinense.
paolachiaradia@hotmail.com

UNIPLAC

Lurdes Caron

Universidade do Planalto Catarinense. lurcaron@
gmail.com

UNIPLAC

RESUMO: A inclusão da deficiência é tema atual e de extrema importância para entendermos as transformações sociais e no âmbito das políticas públicas educacionais que resultaram no processo inclusivo de estudantes com deficiência no ensino regular. O objetivo deste trabalho é o de apresentar um breve histórico da deficiência desde as sociedades primitivas até a atualidade. Remonta aos povos primitivos e chega às sociedades atuais, buscando elementos que permitam observar como a deficiência foi tratada ao longo da história da humanidade. Trata-se de estudo bibliográfico, concentrado nas pesquisas de Silva (1986), Fonseca (2000), Batista (2004), Doval (2006), Gugel (2007), Oliveira (2012), Nunes, Saia e Tavares (2015). Os resultados apontam que, embora se tenha avanços importantes em relação à inclusão da pessoa com deficiência, resquícios do pensamento de que estas são incapacitadas para o trabalho e para relações

sociais permanece. Daí resulta a importância de pensarmos historicamente sobre a deficiência, pois, embora a legislação garanta os direitos dessa população, muito ainda há para ser feito, haja vista que se mantém a ideia da deficiência como incapacidade de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência. Histórico da deficiência. Inclusão.

DISABILITY AND HUMANITY: A BRIEF HISTORY

ABSTRACT: The inclusion of disability is a current and extremely important topic for understanding social transformations and public education policies that have resulted in the inclusive process of students with disabilities in regular education. The objective of this work is to present a brief history of disability from primitive societies to the present day. It goes back to the primitive peoples and reaches the present societies, looking for elements that allow to observe how the deficiency was treated throughout the history of the humanity. It is a bibliographical study, focused on the researches of Silva (1986), Fonseca (2000), Batista (2004), Doval (2006), Gugel (2007), Oliveira (2012), Nunes, Saia and Tavares (2015). The results show that, although there are important advances in the inclusion of people with

disabilities, remnants of the thought that they are incapacitated for work and for social relations remains. This is why it is important to think historically about disability, because although the legislation guarantees the rights of this population, much remains to be done, given that the idea of disability as an inability to learn is maintained.

KEYWORDS: People with disabilities. History of the disability. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A inclusão da deficiência é tema atual e de extrema importância para entendermos as transformações sociais e no âmbito das políticas públicas educacionais que resultaram no processo inclusivo de estudantes com deficiência no ensino regular.

Embora a legislação garanta os direitos dessa população, muito ainda há para ser feito, haja vista que se mantém a ideia da deficiência como incapacidade de aprendizagem. O pensamento não é novo, pois, desde as organizações humanas primitivas pessoas com deficiência foram excluídas das relações sociais e educacionais. Embora haja mudanças significativas, há que se compreender a temática. Para essa compreensão, faz-se necessário buscar nos registros históricos como foram percebidas as pessoas com deficiência.

O objetivo deste trabalho é o de apresentar um breve histórico da deficiência desde as sociedades primitivas até a atualidade.

De acordo com Silva (1987) e Gugel (2007), podemos perceber o avanço ocorrido ainda no Período Pré-histórico, 4.000 a.C., considerando de maior destaque e que marcou a transição de tempo a descoberta e utilização do fogo, seguido das armas de médio e grande porte, as lançadeiras de pedras, a invenção da roda, a construção de embarcações, e o aprimoramento de armadilhas para animais selvagens. A necessidade de proteção para o corpo deu origem ao vestuário, os deslocamentos por grandes distâncias originou os meios de transporte e também a confecção de utensílios para armazenagem de alimentos. Mais tarde, a fixação de pequenos grupos oportunizou a construção de moradias seguras e confortáveis.

Nos primórdios da humanidade, pode-se dizer que as preocupações voltavam-se basicamente para a sobrevivência. Contudo, o ser humano desde sempre está em constante busca de melhores condições de vida, o que também culmina no aparecimento de especialistas em áreas específicas, sendo, os primeiros, os construtores, os que se ocupavam das artes e os que se voltavam para a agricultura e a alimentação. Aos poucos, os primeiros ensaios da ciência foram surgindo e naturalmente se firmando (SILVA, 1987).

Segundo Silva (1987), havia aqueles que, por observação, eram responsáveis por cuidar dos fermentos, dos cuidados com as crianças, os que procuravam entender e explicar os mistérios do mundo, os observadores de corpos celestes, os responsáveis pela ordem e os que se dedicavam aos seres superiores. Nesse

processo, podemos também relacionar as descobertas e o estabelecimento gradativo de alguns códigos de comunicação e armazenamento de informações. Em todo esse contexto, a deficiência estava presente, mas foi mantida, em algumas sociedades, no lugar do indesejado, do amaldiçoado e incapacitado para toda e qualquer relação e função social ou de trabalho. Em outros, variadas formas de considerar a deficiência foram encontradas, conforme registrado em estudos paleontológicos, pictóricos ou escritos.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica efetuada em materiais impressos e disponíveis na *web*. O objetivo foi o de identificar diferentes percepções sobre a deficiência desde os tempos primitivos até a atualidade. Segundo Gil (2002, p. 44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Contribuíram para este trabalho os estudos de Silva (1986), Fonseca (2000), Batista (2004), Doval (2006), Gugel (2007), Oliveira (2012), Nunes, Saia e Tavares (2015).

RESULTADOS

Conforme observado por Silva (1987) e Gugel (2007), não se pode discernir como povos primitivos tratavam pessoas deficientes, mas sabe-se que existiram. Mais tarde, em civilizações que já dominavam a escrita, como o Egito Antigo, pessoas com deficiência se integravam em diferentes hierarquias e classes sociais, marcando presença entre faraós, escravos, artesãos e altos funcionários. Conforme Silva (1987), por meio de estudos científicos, comprovações arqueológicas e registros em papiros, afrescos e túmulos pessoas com deficiência permeavam os diferentes níveis e condições de vida da época.

Cita-se como exemplo a figura do músico anão na V Dinastia, presente no Oriental Institute em Chicago, indicando que não havia, na época, impedimentos físicos para ocupações e ofícios, situando a música e a dança. Pessoas com cegueira também foram registradas nesses documentos, ao ponto de uma das regiões egípcias ser chamada de Terra dos Cegos por conta da incidência de infecções nos olhos, resultando em cegueira. Também registrou-se em papiros diferentes tipos de tratamento que buscavam a cura das infecções (SILVA, 1987).

Povos hebreus foram, conforme registros, assolados por doenças e deficiências em razão das dificuldades enfrentadas em sua peregrinação e da perseguição que sofreram até se instalarem na Palestina. Para esses povos, tanto a doença crônica quanto a deficiência física ou intelectual, ou qualquer outra deformidade, por menor que fosse, indicavam impureza ou pecado. Tem-se como exemplo os casamentos,

sendo que, caso um dos cônjuges acabasse por adquirir algum “defeito” físico, o contrato poderia ser anulado. Dentre as deficiências, registram-se cegueira, surdez e paralisia, bem como deficiência causada por ferimentos de guerra (SILVA, 1987).

Na Grécia, sob a concepção de homem e da razão, a capacidade de reflexão, ação, pensamento, sentimentos e movimentos, os filósofos ou sofistas iniciaram o caminho para o mundo do saber filosófico e, mais tarde, científico (SILVA, 1987). Contudo, ainda que houvesse a característica de ensino e reflexão sobre o homem e suas particularidades na Grécia, os surdos eram considerados inválidos e muito incômodos para a sociedade, por isso eram condenados à morte, lançados das rochas de Taygète ou nas águas de Barathere. Os sobreviventes viviam como escravos ou abandonados à própria sorte.

Na Pérsia, os surdos eram considerados criaturas privilegiadas, enviadas pelos deuses, pois acreditava-se que se comunicavam com os deuses. Havia um forte sentimento humanitário de respeito e adoração, no entanto, os surdos tinham vida inativa e não eram educados. Também a deficiência decorrente das lutas por território eram frequentes (SILVA, 1987). A Grécia foi pioneira nos movimentos de assistência médica, tendo como precursores Asclépios, Demócedes de Crotona, Eródicos, Hipócrates e Claudio Galeno, envolvidos com questões medicinais e, indiretamente, com a possibilidade de tratamento para deficiências físicas e sensoriais que repercutiram durante séculos (SILVA, 1987).

Os médicos Gregos influenciaram os Romanos. Com o aumento das mutilações em batalhas, serviços médicos e instalação de hospitais militares tiveram início. Segundo arqueólogos, os hospitais contavam com salas de recepção, salas de cirurgia e cerca de sessenta quartos (SILVA, 1987).

A deficiência esteve presente nas artes romanas, como se pode observar em um vaso exposto no Museu de Louvre, provavelmente do Século IV a.C., com a pintura de uma pessoa com deficiência motora. Os romanos consideravam os valores espirituais dos deficientes. Cita-se com exemplo Asclepiades, Sêneca e Clarano, filósofos que também eram pessoas com deficiência. Estes, orientavam os não deficientes, por estes acreditarem que aqueles compreendiam os problemas que afetavam a maioria das pessoas, partindo do princípio de que suas deficiências eram incompreensíveis e difíceis de aceitar, e tal fato os colocava em lugar de superioridade na compreensão das dificuldades humanas (1987).

DISCUSSÃO

Entendemos a Deficiência como uma condição humana que não impede os sujeitos de viverem em sociedade e exercerem os mesmos direitos previstos a todos. De acordo com Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 67), a deficiência é compreendida de duas maneiras, como “uma manifestação da diversidade humana”, que compreende

“Um corpo com impedimentos”, ou seja, “[...] de alguém que vivencia impedimentos de ordem física, intelectual ou sensorial”. O outro modo, “vem do padrão de normalidade que entende o corpo com impedimentos como anormal e, por isso, impõe barreiras sociais acentuando as desigualdades”. Segundo os mesmos autores,

A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas resultado de sociedades não inclusivas. Já a segunda forma de entender a deficiência sustenta que ela é uma desvantagem natural, devendo os esforços se concentrarem em reparar os impedimentos corporais, a fim de garantir a todas as pessoas um padrão de funcionamento típico à espécie. Nesse movimento interpretativo, os impedimentos corporais são classificados como indesejáveis e não simplesmente como uma expressão neutra da diversidade humana, tal como se deve entender a diversidade racial, geracional ou de gênero. Por isso, o corpo com impedimentos deve se submeter à metamorfose para a normalidade, seja pela reabilitação, pela genética ou por práticas educacionais. Essas duas narrativas não são excludentes, muito embora apontem para diferentes ângulos do desafio imposto pela deficiência no campo dos direitos humanos (DINIS, BARBOSA, SANTOS, 2009, p. 67).

Conforme estudos de Silva (1987), indícios encontrados em desenhos pré-históricos mostram sujeitos com deformidades, embora não se saiba de que maneira ocorria o convívio e aceitação dos mesmos nas sociedades primitivas. Fósseis encontrados por paleontólogos dão a impressão de que as pessoas com deficiência viviam à margem da sociedade, realizando tarefas de menor periculosidade ou, quando impossibilitados de locomoção, permaneciam nas cavernas.

DA ANTIGUIDADE À IDADE MODERNA

Estudos nas áreas da história, paleontologia e arqueologia indicam que a deficiência parece nascer com a humanidade. No decorrer de milhares de anos e da evolução da espécie humana, diferentes visões e percepções sobre esse tema podem ser levantadas, sendo que sobressai na maioria das civilizações a ideia da deficiência como problema, passível de rejeição familiar e social, no entanto, em algumas delas, a deficiência era tratada como algo divino e as pessoas com deficiência eram vistas como seres iluminados (SILVA, 1987).

Contudo, não há como saber de fato qual tratamento as pessoas com deficiência recebiam anteriormente à escrita e registro de ações humanas, pois foi fundamental a evolução das Ciências para que as pessoas com deficiência se tornassem tema de estudos e de discussões e fossem situados seu lugar na sociedade e seu direito de sujeito e cidadão. Para Gugel (2007):

Os estudiosos concluem que a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível porque o ambiente era desfavorável e porque essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era inclusive muito comum que certas tribos se desfizessem das crianças com deficiência (GUGEL, 2007, p. 3).

A vida nos tempos antigos era mais complexa para os seres humanos, tendo

em vista que necessitavam de todas as suas forças para manter a sobrevivência. Conforme ressalta Gugel (2007), a presença de uma pessoa incapacitada fisicamente influenciaria o desenvolvimento do grupo e dificultaria sua busca pela sobrevivência. Para Silva (1987), trabalhar nessas condições seria extremamente complicado, pois os seres humanos primitivos passariam por muitos períodos em locais de difícil acesso, sugerindo que, para acessar esses locais, as pessoas com deficiência necessitariam contar sempre com o auxílio do grupo¹.

Ainda de acordo com Silva (1987), até o desenvolvimento da Ciência, no período denominado de Revolução Científica, no Século XVII (MOREIRA, 2004), o ser humano buscava a origem das enfermidades nas próprias crenças, o que o levava a entender as ocorrências a partir dos desejos dos deuses. Mais informações sobre a deficiência apareceram com a escrita² e contribuíram para a compreensão tanto dos usos e costumes daquela época quanto dos caminhos percorridos pela humanidade, passando pela credice, o mito e a religião usados para explicar a vida e os motivos pelos quais pessoas nasciam com deficiência, até chegar no campo das Ciências, do século XVII em diante. Na Antiguidade, segundo Fonseca (2000), aceitar ou não esses sujeitos também era uma questão condicionada à religiosidade. Conforme explicam Nunes, Saia e Tavares (2015, p. 1108),

[...] alguns os exterminavam por considerá-los grave empecilho à sobrevivência do grupo e outros os protegiam e os sustentavam para buscar a simpatia dos deuses ou por gratidão pelos esforços dos que se mutilavam nas guerras. Ora, a deficiência era vista como um castigo divino ora, alvo de favores como forma de agradecer os deuses.

Citamos como exemplo a Grécia antiga, considerada como berço da civilização, que entendia os surdos como inválidos, portanto sem condições de participar do convívio social. Assim como outras deficiências, a surdez era motivo para que seres humanos fossem lançados do topo de altos rochedos. Se, por acaso, houvesse sobreviventes, viveriam como escravos ou abandonados à própria sorte. Exemplo contrário, ou seja, da surdez como forma de comunicação com os deuses, foi localizado por estudiosos no Egito e na Pérsia, mas, isso não impedia os surdos de serem condenados à inatividade e excluídos da educação (SILVA, 1987; FONSECA, 2000; STROBEL, 2009).

Quanto à civilização romana, não foram localizadas na literatura referências precisas quanto às pessoas com deficiência. Havia, conforme registros históricos,

1. “Entre os povos chamados de Cro-magnon, foi encontrado esqueleto indicando curvatura limitadora da espinha dorsal, provocando inclinação da cabeça para frente e flexão das coxas, conhecida, hoje, como espondilose. Entre os Neandertais, foram encontrados ossos de um homem, na localidade de Krapina, Norte da Iugoslávia, com indícios de traumatismo na clavícula, e, outro esqueleto, encontrado em La-Chapelle-Aux-Saints na França, tem sinais de artrite deformante” (SILVA, 1987). Segundo o mesmo autor, “a presença de reumatismo é estimada em 20% dos esqueletos ou ossos encontrados”.

2. Estudos relatam que o registro escrito surge com a humanidade e sua necessidade de marcar sua presença por meio de pinturas rupestres. Aos poucos, as técnicas foram se aprimorando e a escrita tem sido considerada como marco da evolução e do surgimento das primeiras civilizações urbanas, “[...] na região entre os rios Tigres e Eufrates, na Mesopotâmia, cerca de 40 séculos antes da Era Cristã” (GOMES, 2007, p. 3).

preocupações com a forma humana por meio da promulgação de leis referentes aos recém-nascidos e em que circunstâncias seus direitos eram garantidos ou negados. Dentre as condições para negação de direitos, a chamada “vitalidade” e a forma humana eram as principais. As leis previam, portanto, a eliminação dos que poderiam ser considerados, à época, disformes ou doentes (SILVA, 1987).

Martins (2015, p. 14-15), sobre o destino das pessoas com deficiência na Roma Antiga, destaca que,

[...] muitas vezes os homens cegos eram vendidos para executar a aviltante tarefa de remadores das galés, evidenciando que, em algumas comunidades, existia o hábito de vender os filhos que apresentavam deficiência para a execução de trabalhos extremamente árduos, livrando-se assim do problema de carregar o “*peso*” de uma pessoa considerada improdutivo e obtendo, ainda, algum lucro (MARTINS, 2015, p. 14-15). (Grifo da autora).

Desse modo, para Pessoti (1984), as evoluções e conquistas, bem como, as formulações de direitos humanos estiveram interligadas aos aspectos sociais, econômicos, jurídicos e teológicos que, por sua vez, dependem da cultura e das condições da vida de um povo.

Conforme Nunes, Saia e Tavares (2015, p. 1109), a era cristã viu a deficiência como um caso de eliminação “direta ou indireta”, usando para justificar tanto o “sagrado” quanto o “divino”, entendendo o deficiente “[...] conforme sua funcionalidade deficiente e classificando-a como manifestação do demônio ou castigo divino”, conforme já mencionado. A realidade foi mudando aos poucos, quando sociedades de diferentes nações passaram a desenvolver práticas de “assistencialismo” e a “[...] promover readaptação da pessoa com deficiência”. Contudo, essa “readaptação” foi centrada na ideia da “piedade” e do “isolamento”, entendendo que as pessoas com deficiência não poderiam conviver em sociedade, restando-lhes o trabalho “caridoso e assistencialista” que “algumas pessoas ofereciam para mantê-los afastados do convívio social”.

Para Doval (2006, p. 23), desde o período medieval que as “[...] relações da sociedade com as Pessoas Portadoras de Deficiência – (PDDs) se caracterizaram pela eliminação física ou social, pela piedade, pela curiosidade e por estudos. Havia locais para que estas pessoas pudessem ser isoladas da vida em sociedade”.

Oliveira (2010, p. 29) também explica esse momento na perspectiva da religiosidade, ou seja,

[...] em função da assunção de ideias cristãs, as pessoas com deficiência não podiam mais ser exterminadas, já que passaram a ser consideradas como possuidoras de uma alma e criaturas de Deus. Entretanto, continuavam ignoradas à própria sorte, dependendo da boa vontade e, da humana para sua sobrevivência (OLIVEIRA, 2012, p. 29).

Mudanças nesse cenário iniciam no século XVIII, quando a denominada ciência moderna passa a explicar a deficiência sob o critério da organicidade, ou seja, ela tem sua origem em causas naturais, sendo, portanto, um problema a ser tratado pela

medicina e não como um fator religioso.

Embora tenha sido uma conquista “a percepção da deficiência como causa orgânica”, o atendimento a essa população “manteve o caráter de exclusão e de confinamento”, por meio da criação de hospitais psiquiátricos para onde eram enviados sujeitos com deficiência, “considerados como doentes”, ou que, sob o julgamento social, estavam “incomodando a sociedade” (OLIVEIRA, 2012, p. 30).

Desse modo, de acordo com Batista (2004, p. 62): “Apesar da evolução dos estudos médicos, principalmente na investigação sobre a etiologia das deficiências, a discriminação e a segregação continuaram presentes, tanto no tratamento oferecido, quanto nas relações estabelecidas”.

Podemos dizer, então, que a evolução da humanidade corresponde à evolução da Ciência como forma de explicar os fenômenos a partir de estudos e pesquisas científicas. As explicações sobre a deficiência se deram no âmbito científico, saindo do aspecto sobrenatural e religioso para uma explicação de ordem natural. As primeiras explicações no âmbito das ciências se deram sob o aparato médico, o que levou a pensar a deficiência como doença a ser tratada, sendo que, para isso, diferentes tipos de tratamento foram desenvolvidos para tentar curar as pessoas com deficiência. Com o tempo, os avanços permitiram identificar esse processo como condição da vida humana (OLIVEIRA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo sobre o modo como as pessoas com deficiência foram tratadas ao longo da evolução humana, Kirk e Kallagher (1987, p. 6), conforme citados por Martins (2015, p. 10), apontam quatro estágios no processo de atendimento às pessoas com deficiência,

Primeiramente, na era pré-cristã, tendia-se a negligenciar e a maltratar os deficientes. Num segundo estágio, com a difusão do cristianismo, passou-se a protegê-los e compadecer-se deles. Num terceiro período, nos séculos XVIII e XIX, foram fundadas instituições para oferecer-lhes uma educação à parte. Finalmente, na última parte do século XX, observa-se um movimento que tende a aceitar as pessoas deficientes e a integrá-las, tanto quanto possível (KIRK, KALLAGHER, 1987, p. 6).

Pode-se dizer, no entanto, que nas diferentes sociedades deste século XXI ainda há resquícios da ideia de deficiência como doença, citando como exemplo o Retardo Mental, incluso na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), portanto, segundo o conceito biomédico, passível de tratamento. As orientações sugerem o isolamento quando o retardo mental passar do aspecto moderado (SILVA, 2005), o que indica a segregação a que as pessoas com deficiência têm sido expostas desde os tempos primitivos.

Em relação às demais deficiências, diferentes regulamentações internacionais

e nacionais têm sido elaboradas a fim de promover a inserção das pessoas com deficiência na sociedade como sujeitos de direitos, ou seja, cidadãos a quem cabem a igualdade e a equidade.

Humanidade e deficiência parecem surgir juntas, no entanto, a deficiência, salvo algumas exceções que a tratavam sob a perspectiva do divino, da mitologia ou da caridade, foi considerada ao longo das eras como um empecilho aos demais membros dos grupos familiares e, por isso, sujeita ao abandono à morte ou ao confinamento.

A partir do desenvolvimento da Ciência, e de estudos de diferentes sujeitos que passaram a observar as pessoas com deficiência e suas especificidades, esta condição foi considerada como patologia que dependia de tratamento adequado. Também nesses casos podemos dizer que o preconceito esteve presente no afastamento das pessoas com deficiência do convívio social, no seu condicionamento como incapazes e, portanto, na negligência de sua educação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. K. **Afinal quem é deficiente? Uma questão de identidade e diversidade**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Sorocaba. S.P. 2014.

BATISTA, C. A. M. **A inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado formal de trabalho**. 234f. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2004.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8216/1/ARTIGO_DeficienciaDireitosHumanos.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

DOVAL, J. L. M. **Inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho: desafios e tendências**. (Dissertação Mestrado em Administração), Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Escola de Administração, 2006.

FONSECA, R. T. M. O trabalho protegido do portador de deficiência. In: MANTOAN, M. T. E.; OLIVEIRA, J. R.; QUEVEDO, A. A. **Mobilidade, comunicação e educação: desafios à acessibilidade**. Campinas: WVA, 2000.

GOMES, C. G. S. **Desempenhos emergentes na aquisição de leitura funcional de crianças com autismo**. 2007. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: <http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2128>. Acesso em: 13 nov. 2017.

GUGEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Ampid. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos direitos dos Idosos e das Pessoas com deficiência. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 12 jan. 2017.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MARTINS, L. A. R. **História da educação de pessoas com deficiência**: da antiguidade ao início do século XXI. Campinas, SP: Mercado das letras; Natal, RN: UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador). Disponível em: <<http://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-29-01-16-19-18-15.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

MOREIRA, L. **Portal otorrino**. Disponível em: <<https://portalotorrino.com.br/guia-do-implante-coclear/o-que-e-o-implante-coclear>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

NUNES, S. S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p.1106-1119, 2015.

OLIVEIRA, L. M. B. Cartilha do Censo 2010. **Pessoas com Deficiência**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/cartilha-do-censo-2010-pessoas-com-deficiencia>> Acesso em: 12 nov. 2017.

SILVA, A. P. S. **A Casa Verde entre... por dentro do discurso oficial da deficiência mental**. 2005. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102020/229198.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

SILVA, O. M. **A epopeia ignorada**. São Paulo. CEDAS, 1987. Disponível em: <<https://issuu.com/amaurinolascosanchesjr/docs/-a-epopeia-ignorada-oto-marques-da->>. Acesso em: 12 mar. 2017. (sem indicativo de páginas).

STROBEL, K. **A história da educação de surdos**. Coleção Letras-Libras. Eixo formação específica da educação de surdos. Curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS a modalidade a distância. 2009. 49p. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 22, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 33
Alimentação 13, 60, 108, 127, 130, 131, 143, 218, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 277
Anos iniciais 256, 257, 258, 259, 260, 261, 266, 267, 268

B

Bacharelado em ontopsicologia 177, 178, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193
Brechó 34, 36, 37, 38
Brinquedos 40, 41, 42, 44

C

Chiquitano 57, 58, 60, 61, 64, 65, 66
Conhecimento tradicional 57
Criança 10, 20, 23, 29, 30, 31, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 56, 115, 119, 120, 127, 129, 147, 161, 206, 266, 267, 268, 269, 272
Crise 69, 70, 71, 134, 141, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 170, 174, 184, 201
Cultura da paz 97, 103
Curso técnico em agropecuária 216, 217, 221
Cyberbullying 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dança 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 120, 123, 130, 132
Desafios 4, 9, 20, 26, 27, 31, 37, 48, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 64, 76, 84, 85, 86, 87, 93, 94, 96, 98, 99, 141, 142, 149, 175, 216, 241, 261, 271
Design de interiores 208, 209, 214
Disciplina 1, 2, 5, 81, 118, 154, 167, 168, 187, 190, 227, 232, 233, 234, 235, 258, 262, 285, 288
Docência 113, 153, 160, 256, 261, 267

E

Economia solidária 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76
Educação do campo 76, 136, 137, 138, 139, 146, 150
Educação especial 2, 20, 22, 23, 24, 26, 31, 32, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 124
Educação inclusiva 1, 2, 3, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 106, 110, 115, 206
Educação musical 117, 121
Educação popular 67, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 138, 139
Educação profissional agrícola 216
Educador 5, 21, 27, 30, 31, 48, 53, 72, 88, 125, 126, 127, 129, 131, 144, 153, 154, 160, 166, 171, 172
Egressos 208, 209, 212, 213, 220, 222

Empreendedorismo 34, 36, 38, 75, 218, 219, 220, 226

Ensino 1, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 15, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 50, 51, 52, 53, 54, 61, 79, 82, 83, 86, 87, 88, 90, 92, 96, 99, 101, 103, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 155, 157, 165, 166, 178, 180, 184, 192, 193, 194, 198, 202, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 258, 259, 260, 261, 262, 267, 268, 270, 284, 292

Ensino técnico 50, 54, 209, 212, 213, 214, 222

Escola 1, 2, 3, 8, 9, 10, 11, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 62, 63, 64, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 171, 172, 174, 176, 178, 198, 199, 201, 204, 208, 209, 210, 211, 213, 216, 221, 222, 229, 230, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 257, 258, 260, 261, 264, 265, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 284, 289, 290, 291, 292, 293

Escola bilíngue 1, 2, 3

Escola sem partido 78, 79, 83, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 163, 164

Estudos de gênero 78, 80

F

Feminismo 67

Formação 5, 9, 21, 26, 29, 31, 34, 35, 36, 38, 39, 59, 71, 74, 79, 86, 87, 88, 93, 98, 99, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 126, 127, 129, 131, 133, 135, 136, 143, 146, 149, 150, 151, 162, 167, 168, 172, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 198, 206, 207, 209, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 239, 242, 252, 256, 257, 259, 261, 266, 267, 268, 282, 289, 292

Formação internacional 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193

G

Gênero 16, 25, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 62, 67, 68, 70, 73, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 156, 157, 172, 198

Geografia 52, 98, 104, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 266, 267, 268

H

Histórico da deficiência 12, 13

Humanismo cristão 165, 172, 173, 175

Humanismos filosóficos 165, 166

I

Inclusão 1, 9, 11, 12, 13, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 74, 88, 89, 94, 105, 106, 111, 113, 114, 134, 142, 235, 243, 268, 277, 285, 290, 291

Inclusão escolar 22, 23, 27, 31, 32, 114

Infância 11, 40, 41, 44, 51, 115, 153, 202, 206, 256, 266, 267, 268

Internacionalização 177, 178, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 192

Intervenção educativa 97

J

Jovens 23, 27, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 45, 46, 52, 54, 57, 62, 63, 73, 88, 91, 102, 104, 110, 122, 123, 130, 131, 138, 160, 161, 162, 163, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 193, 195, 198, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 225, 242, 247, 248, 249, 250, 254

P

Pedagogia ontopsicológica 180, 247, 248, 252, 253, 254, 278

Pensamento crítico 126, 153, 154, 156, 162, 292

pensamento espacial 9, 256, 258, 260, 261, 264, 265, 266

Pessoas com deficiência 3, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 33, 107, 108, 117

Plano Educacional Individualizado (PEI) 106

Prática pedagógicas 55, 136

Professores 11, 23, 24, 27, 79, 81, 82, 86, 88, 90, 93, 94, 95, 96, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 121, 122, 123, 129, 131, 140, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 153, 154, 156, 157, 162, 163, 164, 168, 177, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 206, 227, 229, 230, 231, 234, 235, 241, 242, 244, 256, 257, 258, 259, 261, 263, 264, 265, 266, 290, 292, 293

Projeto vencedor 247, 250, 251, 252

Protagonismo 34, 67, 74, 75, 194, 195, 256, 260, 269, 271, 274, 275, 278

Psicometria 279, 280, 284

R

Redes sociais 48, 50, 53, 55, 157, 242, 247, 248, 249, 251, 253, 254

Reformas 211, 227, 228, 230, 234

Relação ensino-aprendizagem 22, 31

Relatório “jogo aberto” 85, 86, 91

S

Sexualidades 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 89, 90

Surdo 1, 7, 10

Sustentabilidade 184, 195, 198, 219, 225, 269, 270, 278

T

Tecnologia 24, 26, 48, 55, 71, 182, 219, 220, 225, 247, 253, 288, 291, 292

Teoria clássica dos testes 279, 280, 284

V

Violência 29, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 71, 79, 82, 84, 85, 86, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 104, 110, 163, 168, 174, 206, 242

Violência escolar 51, 92, 97, 104

Vivências 2, 37, 41, 132, 170, 181, 188, 198, 205, 242, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 269, 271

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-664-5

